

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ações tributárias são responsáveis por 68% das demandas contra a União.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Melhora da arrecadação traz alívio para "regra de ouro"5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Fique esperto! Especialistas alertam para o aumento de golpes nas redes.....6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MPME
REFORMA TRIBUTÁRIA

Conheça planos de Lula, Ciro e Tebet para micro e pequenos empresários.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas vêem PIB potencial maior.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote tributário de Petro ganha corpo na Colômbia11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Candidatos usam só 6% do tempo do debate para propor projetos e ideias de País.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC deve reforçar sinal conservador para o juro - ALEX RIBEIRO.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dívida bruta recua ao pré-pandemia, mas fica 49% mais cara.....15

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Extrema direita vence eleições na Itália, aponta boca de urna.....16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Educação financeira para fugir das dívidas.....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Commodities, bancos e consumo lideram altas da Bolsa em 20 anos.....21

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Poupança completa 2 anos abaixo da inflação.....25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Juros e desigualdade (Artigo).....28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Aumento generalizado de juros pode ampliar riscos.....29

Segunda-Feira, 26 de Setembro de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Os salários ainda perdem da inflação (Editorial)30

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Vitória na Itália é sinal do avanço preocupante da ultradireita europeia (Editorial)
..... 31

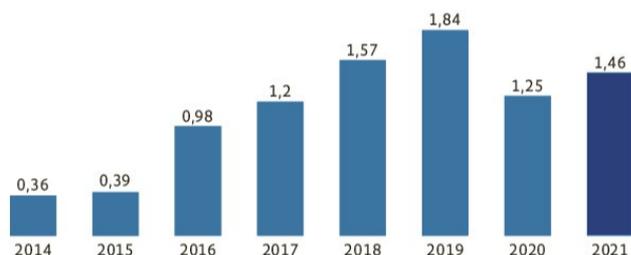
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Proposta prevê aumento real do teto de gastos 32

Ações tributárias são responsáveis por 68% das demandas contra a União

Área tributária representa 68% da demanda judicial contra a União*

Em R\$ trilhão



R\$ 1,26 trilhão

é o valor de sete casos envolvendo PIS/Cofins

* Demandas de risco possível e provável na área tributária.

Fonte: Anexo de Riscos Fiscais da LDO 2023

Eduardo Cucolo são paulo

As ações de natureza tributária representam 68% das demandas contra a União classificadas pelo governo federal como de risco possível ou provável de derrota nos tribunais superiores.

Esse contencioso tributário soma R\$ 1,46 trilhão, o equivalente a 75% da receita prevista no Orçamento deste ano.

Quase 90% do valor se refere a sete processos envolvendo PIS e Cofins, **tributos** federais sobre bens e serviços que são tema de ao menos três propostas de **reforma tributária** prevendo sua substituição.

Os números fazem parte do Anexo de Riscos Fiscais da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) de 2023, documento que elenca os riscos de eventos que afetam as contas públicas. Os dados consideram o valor estimado no final de 2021.

Entre as perdas prováveis, está a exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, com impacto estimado pelo governo em R\$ 533 bilhões. Essa ação, chamada de "Tese do Século", já teve decisão desfavorável à União com trânsito em julgado (ou seja, não é mais possível recorrer) no ano passado. O impacto com compensações e restituições ainda será sentido nos próximos anos.

Entre os temas classificados como perda possível, e ainda sem data para que essas questões sejam

resolvidas, estão algumas "teses filhotes" do julgamento do ICMS. Por exemplo, os questionamentos sobre a inclusão do ISS (imposto municipal sobre serviços) e do próprio PIS/Cofins em sua base de cálculo, com impacto conjunto estimado em R\$ 100 bilhões.

Outra ação de grande valor é a discussão sobre a constitucionalidade da lei que impôs limites às despesas que podem gerar créditos desses **tributos**, com uma perda estimada em R\$ 473 bilhões pela União.

Um projeto do Ministério da Economia para acabar com esses **tributos** foi enviado ao Congresso em 2020. O texto trata da substituição do PIS/ Cofins pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

Prevê crédito amplo, sem as restrições questionadas atualmente na Justiça. Também tira da base de cálculo do tributo ICMS, ISS e a própria CBS.

As propostas de reforma da Câmara (PEC 45) e do Senado (PEC110), que tramitam desde 2019, preveem a incorporação do PIS/Cofins em um novo imposto sobre consumo, que incluiria também outros três **tributos**: ICMS, ISS e IPI (imposto sobre produtos industrializados).

Todas essas mudanças estão paradas por falta de acordo. Em seus planos de governo, os candidatos Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) apoiam as mudanças. Lula (PT) também fala em mexer na tributação do consumo.

"A estratégia é atacar aquele que está sendo o grande foco de litigiosidade, que é o PIS/ Cofins. A gente precisa simplificar e unificar esses **tributos**. A legislação é muito confusa, com vários regimes especiais", afirma Ricardo Maitto, sócio na área tributária do escritório Tozzini Freire.

As estimativas de impacto fiscal são feitas pela **Receita Federal** e consideram, na maioria dos casos, perda total de arrecadação anual e devolução dos últimos cinco anos a todos os contribuintes. Mas nem todas as decisões do STF têm essa abrangência.

Em seus últimos julgamentos, o tribunal adotou critérios de modulação de efeitos que reduziram as

perdas para a União. No caso do ICMS na base do PIS/Cofins, apenas empresas que ingressaram com ações antes do julgamento do mérito da causa, em 2017, terão ressarcimento anterior a essa data. Para todos os outros, o efeito ocorre somente a partir desse marco.

Além disso, o tribunal tem tomado decisões divergentes sobre temas semelhantes.

Vinieus Caeavali, da VB-SO Advogados, afirma que a União tem utilizado as cifras bilionárias para pressionar o Supremo a reduzir o impacto sobre os cofres públicos evêo risco, por exemplo, de a questão do ISS na base de cálculo terdecisão diferente da que foi tomada em relação ao ICMS.

No único voto até agora, o relator do caso, ministro Dias Toffoli, foi contra a exclusão do tributo municipal da base do PIS/Cofins.

"Hoje em dia, não há critério pelo Supremo para modulação de eleitos", diz Caccavali. "Se ele se mantiver coerente com o julgamento anterior, vai excluir também o ISS da base. Mas isso vai aumentar o rombo causado por suas decisões. Não se pode descartar a possibilidade de o Supremo entender de maneira diferente."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

46

Melhora da arrecadação traz alívio para "regra de ouro"

Edna Simão e Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Fique esperto! Especialistas alertam para o aumento de golpes nas redes

Raphael Pati*

O avanço da tecnologia e o uso mais intenso da internet por meio de aparelhos celulares proporcionou muitas comodidades aos usuários. Ao mesmo tempo, aumentou o perigo de que informações pessoais sejam usadas por hackers ou pessoas mal intencionadas para a prática de crimes. O vazamento de dados é algo que ocorre há muito tempo, mas, atualmente, ganhou proporções significativas. Portanto, todo cuidado é pouco para não se tornar mais uma vítima de crimes cibernéticos.

Em um levantamento publicado no site da empresa holandesa de segurança virtual Surfshark, o Brasil aparece como o sexto país em número de dados vazados no ano passado - 24,2 milhões. Mesmo assim, o número pode ser muito maior, visto que foi em janeiro de 2021 que houve no país o maior megavazamento de dados pessoais, quando 232 milhões de informações foram violadas.

O número divulgado na época assustou muitos brasileiros, visto que era maior do que a própria população do país, estimada em 212 milhões pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre as informações violadas, constavam números de CPF, telefone, e-mail, domicílios e salários, entre outros.

Nas informações vazadas também havia dados pessoais relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O repórter cinematográfico Lucio Alves, de 53 anos, foi um dos que tiveram dados do **INSS** vazados, embora não possa afirmar se essas informações foram violadas em decorrência daquele episódio. O que ele sabe é que um criminoso utilizou os dados para contratar um empréstimo consignado de R\$ 52 mil em uma conta com seu nome.

"Descobri que uma pessoa de Alagoas tinha feito esse registro com alguns dados meus. O CPF estava certo, o nome também, mas o endereço era de Maceió e não era o meu telefone. Aí, peguei todos os documentos, fiz um boletim de ocorrência e meu advogado deu entrada no processo", relata Alves.

Ele ainda conta que recebia muitas ligações de telemarketing de bancos com os quais não possuía nenhum vínculo. "É um assédio violento. Você imagina

quantos aposentados não caíram, sem saber, em um golpe desses - a pessoa que não tem acesso à tecnologia, o idoso de 70 a 80 anos que mexe no aplicativo", afirma.

Armadilhas

A chance de cair em um golpe é alta, principalmente, em grupos com menos instrução tecnológica. Segundo levantamento do Instituto Datafolha, um em cada três brasileiros foi vítima ou conhece alguém que caiu em armadilhas de criminosos na internet. Para evitar transtornos, o delegado de Repressão Contra Crimes Cibernéticos da Polícia Civil-DF, Dário Freitas, diz que o usuário deve sempre ter cuidado antes de clicar em links desconhecidos e evitar se expor pela internet. "Outra precaução é tentar saber quais são as principais fraudes que estão ocorrendo no momento. Isso ajuda, e muito, a não ser vítima de algum crime que esteja sendo cometido pela internet", afirma.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Fique esperto!

Veja as dicas do delegado Dário Freitas, da Polícia Civil do DF, para ajudar as pessoas a não serem vítimas de crimes virtuais.

» Utilize a confirmação em duas etapas - As redes sociais disponibilizam essas opções de segurança, que vão além da própria senha. Elas são chamadas de confirmação em duas etapas ou autenticação em dois fatores. No caso de a pessoa perder a senha, haverá a solicitação

dessa verificação.

» Converse com a pessoa que está vendendo - A dica vale para quem usa sites de compras. Conversar ajuda a perceber se você está em contato com pessoa de confiança, e não com um golpista que, em regra, não quer perder muito tempo respondendo a perguntas de teor particular.

» Não empreste dinheiro atendendo pedidos pela internet - Caso receba mensagem em que um familiar ou amigo pede ajuda financeira urgente, entre em contato com essa pessoa para saber se foi ela, de fato, quem fez o pedido. Nunca transfira dinheiro antes

de fazer essa verificação simples.

» Nunca passe a senha bancária para outras pessoas, ainda que sejam familiares, amigos ou pessoas próximas.

» Tenha cuidado antes de clicar em links desconhecidos - É preciso ter muita cautela com esses links, que são recebidos, sobretudo, por meio das redes sociais ou por aplicativos de mensagem.

» Evite se expor na internet - É preciso atenção para evitar que pessoas mal intencionadas tenham a chance de utilizar suas informações pessoais, como nome e CPF para a aplicação de golpes.

» Tente saber quais são os golpes que estão ocorrendo no momento - Isso ajuda, e muito, que você não seja vítima de algum crime que esteja sendo cometido pela internet.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/09/5039434-fique-esperto-especialistas-alertam-para-o-aumento-de-golpes-nas-redes.html>

Conheça planos de Lula, Ciro e Tebet para micro e pequenos empresários



Luiz Inácio Lula da Silva (PT)



Ciro Gomes (PDT)



Simone Tebet (MDB)

Luany Galdcano rio de janeiro

As propostas dos candidatos à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) para micro e pequenas empresas incluem renegociação de dívidas, ampliação do acesso a crédito e incentivos à profissionalização dos negócios.

Os temas foram abordados em entrevistas respondidas por representantes das campanhas mais bem colocadas nas pesquisas -todas receberam questões idênticas. A equipe do presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, foi procurada, mas não respondeu.

De acordo com levantamento do Sebrae publicado em julho deste ano, cerca de 59% das micro e pequenas empresas ainda sofrem com a queda do faturamento provocada pela pandemia de coronavírus.

Apesar desse cenário, negócios de menor porte têm papel relevante na geração de empregos, ainda de acordo com o Sebrae. Dados da instituição mostram que o setor foi responsável por 72% das novas contratações feitas no primeiro semestre deste ano.

Paulo Feldmann, professor de engenharia da USP e um dos responsáveis pelo programa econômico de Lula, diz que o petista quer investir na parceria entre negócios e universidades federais, para que o conhecimento acadêmico dê suporte ao crescimento de pequenas companhias.

O professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Nelson Marconi, coordenador do programa de governo de Ciro Gomes, afirma que o candidato pretende estimular a renegociação de dívidas desses empreendedores com juros mais baixos e também simplificar a burocracia em etapas como abertura e fechamento de empresas.

Já a equipe de Simone Tebet menciona a agenda de reformas administrativa e tributária e a ampliação de microcrédito produtivo.

Quais são as prioridades para micro e pequenas empresas em um possível mandato?

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Levar inovação aos negócios por meio de parcerias com universidades federais, que manteriam incubadoras para desenvolver micro e pequenas empresas em parceria com pesquisadores, alunos e professores. Também pretende fazer com que médias e grandes empresas, quando contratarem de micro ou pequenas, tenham benefícios como menor carga de **impostos**

Ciro Gomes (PDT)

Com **reforma tributária**, pretende reduzir a carga sobre produção e consumo e aumentar sobre a renda dos mais ricos. Também propõe simplificar o processo para abertura e fechamento de empresas -o candidato argumenta que hoje é preciso ter uma série de documentos e pagar uma série de taxas. Assim, quer facilitar o caminho do ponto de vista burocrático e reduzir custos

Simone Tebet (MDB)

Defende parceria entre governo e iniciativa privada, e pretende realizar reformas administrativa e tributária para reduzir a burocracia de negócios e **impostos** da pessoa jurídica. Quer ampliar microcrédito produtivo e unificar programas com foco em inclusão, com atenção especial a mulheres, pessoas com deficiência e moradores de regiões com menor renda

Quais são os planos para o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)?

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Para o candidato, o Pronampe ficou ruim por causa de juros elevados - bancos praticam taxas muito altas [estabelecimentos habilitados no programa aplicam taxa máxima de 6% ao ano, acrescida da Selic]. Acredita que é preciso encontrar soluções fora do sistema bancário, estimulando empréstimos em outras instituições, como cooperativas de crédito

Ciro Gomes (PDT)

Defende que o programa deve continuar existindo e pode praticar taxas mais baixas. Em eventual mandato, pretende reduzir a taxa básica de juros [a Taxa Selic é definida pelo Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central] e de empréstimo no Brasil. Também quer estender o prazo de pagamento, que hoje é de até 48 meses

Simone Tebet (MDB)

Segundo a candidata, o Pronampe já foi aprimorado quando regulamentado como política pública permanente.

Diz que é uma forma de garantir uma linha de financiamento aos maiores geradores de emprego e renda do país

Pesquisa deste ano da FGV e do Sebrae apontou que 28% dos pequenos negócios estão inadimplentes, e 54% têm 1/3 dos custos mensais comprometidos com dívidas. Como reverter esse cenário?

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Pretende criar o cartão BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), um tipo de cheque especial destinado ao pequeno empresário, que só seria usado quando ele está com problema e seria pago na hora em que voltar a vender, por exemplo. O cartão seria utilizado no valor que o empresário precisar e teria juros menores

Ciro Gomes (PDT)

Diz que vai usar o mecanismo de leilão reverso com apoio de bancos públicos [que oferecerem as menores taxas de juros], em que as dívidas são recompradas com desconto. Afirma que, ao assumir as dívidas, os bancos renegociam com devedores com melhores condições de juros e prazo

Simone Tebet (MDB)

Acredita que é preciso aprovar o projeto de Lei de Garantias [prevê que avaliação de bens seja feita por instituição especializada; assim, condições e prazos poderiam ser negociados com diferentes bancos]. Afirma que isso significa saber que o empresário está colocando esse bem em garantia porque tem condições e intenção de pagar o empréstimo

Segundo pesquisa de 2021 da Global Entrepreneurship Monitor, quase metade dos novos negócios no Brasil são abertos ou mantidos por necessidade. Como ajudar os empreendedores por

oportunidade?

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Uma das sugestões é a criação de um programa de exportação para empresas de menor porte.

Outra ideia do candidato é usar o modelo italiano de consórcios de pequenas empresas, em que o governo dá vantagens como redução de **impostos** e crédito subsidiado. Considera que é preciso uma mudança na legislação para permitir a formação desses consórcios

Ciro Gomes (PDT)

Considera que o negócio por necessidade é muitas vezes precário.

Diz que é preciso desenvolver formas de capacitar o pequeno empresário usando redes que já existem, como Sebrae e Senac, e fazer chegar aos mais pobres. Também pretende criar linhas de crédito para financiar startups e outras iniciativas de inovação

Simone Tebet (MDB)

Defende redução da contribuição previdenciária para empresários para a faixa de um salário mínimo, com o objetivo de estimular as empresas a formalizar e contratar os trabalhadores. Para melhorar a qualificação do empreendedor, a proposta é uma reformulação das políticas de qualificação profissional, que passariam a ser orientadas pelas demandas de mercado e com envolvimento do setor privado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50046>

Economistas vêm PIB potencial maior

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Pacote tributário de Petro ganha corpo na Colômbia

Roberto Lameirinhas De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Pacote tributário de Petro ganha corpo na Colômbia

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Candidatos usam só 6% do tempo do debate para propor projetos e ideias de País

A candidata Soraya Thronicke (União Brasil) até tentou mostrar que um debate entre candidatas à Presidência deve servir como uma entrevista de emprego, onde cada concorrente precisa apresentar seus atributos e propostas para conseguir a vaga. Mas no encontro promovido anteontem pelo Estadão, Rádio Eldorado e um pool de veículos de imprensa, só 6% do tempo foi dedicado a conseguir o voto do eleitor por meio de projetos para o País. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi convidado, mas não compareceu.

Durante os quatro blocos do debate realizados nos estúdios do SBT, em Osasco, o que se viu foram trocas de acusações sobre corrupção, críticas à ausência de Lula, dobradinhas entre candidatas alinhadas e 10 pedidos de resposta.

Em 1 hora e 47 minutos, Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT), Simone Tebet (MDB), Luiz Felipe d'Avila (Novo) e Padre Kelmon (PTB), além de Soraya, usaram só seis minutos para expor seus planos. Ciro chegou a fazer um apelo para que seus adversários relatassem como pretendem acabar com a fome, que atinge 33 milhões de brasileiros, ou reduzir o desemprego e a informalidade, que dificultam a aposentadoria de trabalhadores no País, mas sem sucesso.

No início, o candidato do PDT e Simone Tebet dedicaram algum tempo para propor soluções em diferentes áreas, mas usaram, juntos, apenas 25 segundos para isso. Ciro chegou a desconversar inicialmente da pergunta feita por Kelmon sobre aborto para dizer que tem trabalhado em seu programa de renda mínima e no desenvolvimento de soluções para reduzir o endividamento das famílias.

Já Simone usou um questionamento de d'Avila sobre o aumento previsto para os ministros do Supremo Tribunal Federal para dizer que, se eleita, um dos primeiros atos de sua gestão será, por meio de um ato normativo, exigir que todos os ministros deem transparência absoluta à utilização de recursos públicos, em referência ao orçamento secreto, revelado pelo Estadão.

No segundo bloco, Soraya dedicou 41 segundos a explicar sua proposta de imposto único, depois de ser questionada por um jornalista. "O imposto único federal vai substituir 11 **tributos** federais por um

imposto só, uma alíquota de 1,26%, e tirar o peso da tributação de cima do consumo e colocar na movimentação financeira.

Quem movimenta mais dinheiro, paga mais", disse, deixando eleitores ainda repletos de dúvidas sobre o tema, bastante complexo.

Na mesma etapa do debate, d'Avila apresentou sua proposta para manter a possibilidade do porte e posse de armas. De acordo com o candidato, é preciso respeitar o direito do cidadão, mas unificar os cadastros nacionais, como o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), pouco conhecido da população.

Para o pesquisador Wilson José Oliveira, da Universidade Federal do Paraná, quanto mais genérico o discurso de um político for, melhor. Isso porque se o candidato entrar em detalhes sobre a proposta que gostaria de implementar após eleito, pode virar alvo.

"Os políticos são espertos nesse sentido. Eles não vão detalhar propostas porque abre espaço para uma série de críticas.

Eles querem passar credibilidade, confiança, carisma.

Dizer: "confie em mim que vou trazer o Brasil de volta, não importa o que vou fazer", disse.

Foi o que fez, por exemplo, Simone Tebet no quarto bloco.

"Nós vamos pagar R\$ 5 mil para o jovem do Ensino Médio se formar. Já fizemos a conta.

É algo em torno de R\$ 7 bilhões.

Isso não é nada! É uma gota no oceano dentro do tamanho do orçamento brasileiro", afirmou a senadora usando como base a formação de 1,5 milhão de jovens por ano.

Ainda nesta área, Kelmon disse que a solução é equilibrar os gastos com os diferentes níveis de educação e passar a investir mais na base. "Equilibrar aquele dinheiro que é investido na universidade, um valor muito alto, na educação de base, na criança negra, na criança branca", declarou, sem mencionar

valores ou projetos.

INDECISOS. O cientista político Marco Antônio Teixeira, da Fundação Getulio Vargas (FGV), considera que faltam vontade e propostas concretas.

"Sem o confronto de ideias, sobram agressões mútuas.

A impressão (no debate de ontem) é que não se tinha muito o que debater além da ausência do principal, digamos, interessado, o ex-presidente Lula." A cientista política Carolina de Paula, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ressalta que o curto tempo oferecido para as respostas dificulta discussões mais aprofundadas.

Ainda assim, eventos do tipo, segundo ela, continuam sendo importantes para alcançar eleitores indecisos.

Wilson Oliveira considera ainda que, nos debates presidenciais, a estratégia dos candidatos também está em se mostrar mais ou menos "amigo" dos adversários. | COLABORARAM MARCELA VILLAR, RENATO VASCONCELOS E RUBENS ANATER

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC deve reforçar sinal conservador para o juro - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Dívida bruta recua ao pré-pandemia, mas fica 49% mais cara

Larissa Garcia e Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Extrema direita vence eleições na Itália, aponta boca de urna



Líder. Giorgia Meloni é cotada para ser primeira-ministra após vitória nas urnas



Direito. O voto não é obrigatório na Itália, mas muitos fizeram questão de participar das eleições

Após 77 anos, país deve ser governado por partido de origem pós-fascista

A extrema direita conquistou ontem a terceira maior economia da União Europeia com uma vitória histórica do partido de Giorgia Meloni nas eleições legislativas na Itália, país que, pela primeira vez em 77 anos, está prestes a ser governado por uma liderança pós-fascista.

Essa era a projeção indicada até o fechamento desta

edição, conforme pesquisa de boca de urna.

O partido Irmãos da Itália, liderado por Giorgia, consolidou-se como maior força e encabeçava nesse domingo as eleições no país europeu, um fato sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

A formação pós-fascista obtinha entre 22% e 26% dos votos, bem acima de seus aliados de extrema direita do Liga, de Matteo Salvini (entre 8,5% e 12,5%), e Força Itália (entre 6% e 8%), do conservador Silvio Berlusconi.

Pela primeira vez desde 1945, um partido que tem origem na tradição neofascista irá governar a Itália, graças ao fato de ter se apresentado com uma coalizão de direita que obterá no total entre 36,5% e 46,5% dos votos. "Temos uma vantagem clara, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado", comemorou Salvini no Twitter.

O Partido Democrático (PD), principal formação de esquerda, não conseguiu mobilizar o eleitorado para frear o avanço da extrema direita, e precisou se conformar com uma cifra que oscila entre 17% e 21%. Já os antissistema do Movimento 5 Estrelas (M5E) tiveram entre 13,5% e 17,5% dos votos, abaixo da pontuação histórica de mais de 30% alcançada em 2018, mas acima do que apontavam as pesquisas de opinião. "Segundo as pesquisas de boca de urna, trata-se de um resultado histórico.

A coalizão de direita obterá a maior porcentagem de votos registrada por partidos de direita na Europa ocidental desde 1945", reagiu o centro de estudos italianos Cise.

ASCENSÃO VERTIGINOSA. A ascensão vertiginosa de Giorgia Meloni se deve em grande parte ao fato de ela ter sido a única que se opôs ao governo do economista Mario Draghi por 18 meses, o que a favoreceu em recolher o descontentamento dos italianos diante da inflação, guerra e restrições na pandemia.

Fundada no fim de 2012 com ex-apoiadores de Berlusconi e figuras da direita neofascista, a formação superou o Partido Democrático (PD), de Enrico Letta, que concordou apenas com uma aliança com um pequeno setor da esquerda ambientalista.

A líder pós-fascista, 45, admiradora em sua juventude de Benito Mussolini e conhecida por sua linguagem direta pode se tornar a primeira mulher a chegar à chefia de governo na Itália. Com seus aliados, ela promete cortes de **impostos** e o bloqueio dos imigrantes que cruzam o Mediterrâneo, além de uma política familiar que aumente a taxa de natalidade em um dos países com mais idosos no mundo.

Tratados devem ser revistos

A vitória de uma líder antieuropa e nacionalista levanta muitas questões no continente e muda a face da Itália, uma vez que colocaria em questão sua posição sobre a União Europeia, pois Giorgia Meloni defende a revisão de seus tratados e até a sua substituição por uma "confederação de Estados soberanos". "Todos na Europa estão preocupados com Giorgia no governo.

Acabou a festa, a Itália vai começar a defender seus interesses próprios", advertiu.

A representante do pós-fascismo, que não tem medo de defender uma direita pura e dura, identifica-se com o lema "Deus, pátria e família" e promete lutar contra os grupos de pressão gay e as "teorias de gênero".

"Giorgia Meloni mostrou o caminho para uma Europa orgulhosa, livre e de nações soberanas, capaz de cooperar para a segurança e prosperidade de todos", reagiu no Twitter o espanhol Santiago Abascal, do ultraconservador Vox.

FIGURA-CHAVE. A vencedora das eleições se converte em figura-chave para um eixo radical de direitas na Europa, que passa por Suécia, Polônia e Hungria. "Precisamos mais do que nunca de amigos que compartilhem uma visão e uma abordagem comuns da Europa", reagiu um porta-voz do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orban.

O governo que sair das eleições tomará posse no fim do mês de outubro e terá pela frente um caminho cheio de obstáculos e sem muita margem de manobra.

Terá que administrar a crise causada pela **inflação** galopante, enquanto a Itália já está em colapso sob uma dívida que representa 150% do **PIB**, a mais alta da zona do euro, atrás da Grécia.

Início na política foi aos 15 anos

Nascida em Roma, no bairro popular de Garbatella, Giorgia Meloni, 45, entrou na política aos 15 anos, quando a Itália vivia os meses mais conturbados da Operação Mãos Limpas, que revelou, em 1992, o envolvimento do sistema político em esquemas de

corrupção e que teve como efeito o fim das siglas tradicionais. Sua escolha foi pela seção juvenil do Movimento Social Italiano (MSI), fundado em 1946 por integrantes dos últimos anos do regime fascista de Mussolini.

Por isso, analistas a identificam ora como pós-fascista, termo usado para definir o movimento derivado do fascismo e que buscou diálogo com forças da direita conservadora moderada, ora como neofascista, em que o período segue como ideologia inspiradora.

"É um debate em curso, com a maioria se inclinando para o pós-fascismo", diz o analista político Valerio Alfonso Bruno, membro do Centro de Análise da Direita Radical, no Reino Unido.

A agenda de Giorgia é considerada distante do movimento feminista. Apesar de declarar não ter intenção de mudar a lei que descriminaliza o aborto, de 1978, afirma querer dar ênfase à prevenção.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16920>

Educação financeira para fugir das dívidas

Rafaela gonçalves

A falta de planejamento financeiro é uma das grandes responsáveis pelo alto índice de inadimplência no país. Um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) aponta que quatro em cada 10 brasileiros adultos (39,41%) estavam negativados em agosto de 2022 - o equivalente a 63,71 milhões de pessoas. No último mês, o volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 10,13% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O crescimento se concentrou no aumento de inclusões de devedores com tempo de inadimplência de 91 dias a um ano (34,90%). O número de devedores com participação mais expressiva no Brasil está na faixa etária de 30 a 39 anos (24,03%): são 15,83 milhões de pessoas registradas em cadastro de devedores. Tal quantidade equivale a 46,29% do total de indivíduos desse grupo etário. O número de devedores segue bem distribuída entre os sexos: 50,88% de mulheres e 49,12% de homens.

"Renda baixa, **inflação** e desemprego altos, crise econômica mundial, falta de educação financeira são pontos que ajudam a explicar essa situação. Mesmo com uma renda menor, é fundamental se organizar para ter uma reserva e conseguir acomodar gastos urgentes em períodos difíceis", destaca Merula Borges, especialista em finanças da CNDL.

Para que uma pessoa ou família consiga administrar bem seus recursos e não cair na inadimplência, é importante conhecer e aplicar conceitos básicos da educação financeira, conforme destacou o head de Investimentos da Corretora Nomad, Caio Fasanella. Segundo um estudo do Banco Mundial, menos de 40% dos brasileiros adultos são capazes de entender conceitos básicos sobre **inflação**, juros e riscos em investimentos. Por isso, um dos maiores vilões do endividamento brasileiro acaba sendo a falta de noções básicas de sua própria vida financeira.

"Muitas linhas de crédito são corrigidas por índices de **inflação** ou juros, como Selic ou Taxa Referencial, e é o que deixa a dívida do brasileiro mais alta e torna os juros de empréstimos maiores. Isso faz com que o refinanciamento fique cada vez mais caro e as famílias entrem na "bola de neve" da dívida", diz Fasanella.

Em agosto de 2022, cada consumidor negativado

devia, em média, R\$ 3.630,64 na soma de todas as dívidas. Cada inadimplente tinha, em média, 1,94 empresas credoras, considerando todas essas dívidas. Quase quatro em cada 10 consumidores (34,41%) tinham dívidas de valor de até R\$ 500, percentual que chega a 49,24% quando se fala de dívidas de até R\$ 1.000.

Em termos de participação, o setor credor que concentra a maior parte das dívidas é o de bancos, com 60,50% do total. A evolução das dívidas às instituições financeiras também teve destaque no último mês, com crescimento de 33,98%. Na sequência, aparece o comércio, com 13,13%, o segmento de água e luz, com 10,60%, e comunicação com 8,72% do total de dívidas.

A universitária Amanda Neri, 24 anos, está devendo, há um ano, cerca de R\$ 5 mil para o banco. Seu nome acabou negativado depois de emprestar cheques para a mãe, que entraram sem fundos. "Não foi descontrole, no momento eu não podia pagar e o tempo foi passando e ficava a dívida. Por agora não me atrapalha em nada, mas eu queria comprar um carro mais para frente e, com certeza, isso vai me prejudicar", contou a jovem, que está dependendo que sua mãe lhe pague para limpar o nome. "Nunca mais vou emprestar cheques ou meu próprio nome para terceiros, nem ficar prorrogando dívidas", diz.

O presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior, alertou para a importância de os consumidores buscarem o máximo de informações a respeito das linhas de crédito oferecidas pelos bancos antes da contratação de um empréstimo. "Os bancos oferecem diversas linhas de crédito, mas aquelas de mais fácil acesso costumam ser também as mais caras. Quando as contas não estiverem mais cabendo no orçamento, a orientação é justamente procurar linhas de crédito mais baratas, ainda que isso signifique se deslocar até uma agência bancária ou falar com o gerente da conta. No final, esse movimento pode significar uma boa economia", destaca Pellizzaro.

Perigos do cartão

Um dos maiores responsáveis pelo endividamento é o cartão de crédito, principalmente o chamado juro rotativo, quando a operadora oferece a opção de pagar o chamado valor mínimo, deixando o restante da dívida para depois. Assim, a média anual do juro chega a 370%. Por isso os especialistas aconselham evitar ao máximo a opção de pagamento mínimo.

A administradora Janaína Esteves, 27 anos, está com o nome negativado por ter acumulado uma dívida no cartão de crédito após perder o emprego no final do ano passado. "Por ter várias coisas parceladas, fui pagando o mínimo enquanto podia, e, depois, acabou virando tudo uma bola de neve. Tive que seguir usando o cartão no início, por estar desempregada, e, desde fevereiro, não consegui mais pagar a fatura", contou. O acúmulo das faturas com juros chegaram a mais de R\$ 12 mil.

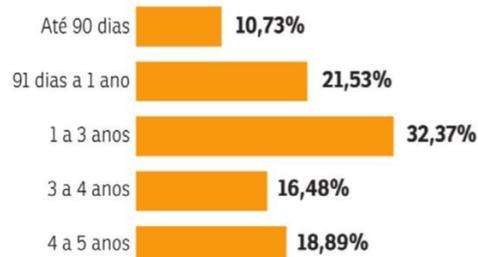
Há dois meses, Janaína foi chamada para um novo trabalho, e a primeira meta é conseguir limpar o nome. Para isso, disse, está aguardando um desconto no valor da fatura para trocar os juros do cartão de crédito por um empréstimo pessoal, que tem uma taxa de juros menor, e quitar a dívida à vista. "Os juros para o parcelamento são um absurdo, quando eles oferecerem, agora que eu voltei a ter renda, vou tentar conseguir um empréstimo para cobrir, é a única maneira de não me afogar em mais juros", afirma.

Na ponta do lápis

Levantamento do SPC mostrou que quatro em cada dez brasileiros adultos (39,41%) estavam negativados em agosto. Especialistas dão dicas de como limpar seu nome e se manter longe das dívidas

Diagnóstico dos inadimplentes

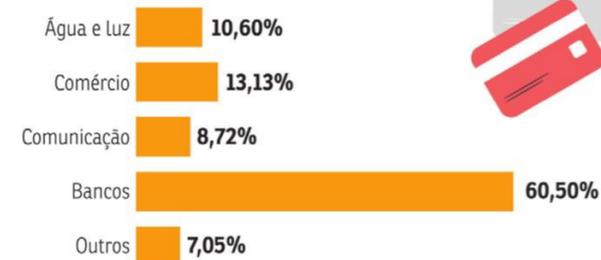
Tempo de atraso



Valor total das dívidas



Dívidas em atraso por setores



Dicas para quitar dívidas negativadas

- Somar o real valor de sua dívida e fazer um plano de pagamento que encaixe em seu orçamento
- Saber os juros que estão sendo pagos em cada empréstimo ou atraso
- Classificar suas dívidas por importância do produto adquirido associado à taxa de juros ou multa por atraso
- Buscar empréstimos com menores juros
- Fazer o controle diário dos gastos / eliminar os supérfluos
- Aumentar a renda com trabalhos extras é muito bem-vindo em momentos de aperto financeiro

Em quanto tempo meu CPF negativado fica limpo?

Assim que você quitar sua dívida ou pagar a primeira parcela do acordo, em cinco dias úteis, o seu CPF negativado volta a ficar limpo novamente. Isso acontece, claro, se você não tiver outros débitos além do negociado.

Como aumentar o meu score?

O score de crédito é uma pontuação utilizada pelas empresas de crédito no Brasil para entender se um consumidor é um bom ou um mau pagador. As notas são atualizadas conforme as movimentações financeiras do consumidor. A melhor forma de aumentar a sua pontuação é não tendo restrição no seu nome e pagando as suas dívidas em dia. Utilizar o Cadastro Positivo também pode ser útil, uma vez que ficam registradas as suas contas pagas, e não somente as dívidas atrasadas.

Como se manter longe das dívidas

- Tenha controle de suas finanças pessoais
- Trace metas financeiras
- Jamais parcele as contas mensais de casa
- Avalie o uso do cartão de crédito
- Poupe para ter saúde financeira



Fontes: SPC Brasil/ Educadores financeiros

Commodities, bancos e consumo lideram altas da Bolsa em 20 anos

Lucas Bombana são paulo

O que os mandatos de Jair Bolsonaro (PL) e dos ex-presidentes Michel **Temer** (MDB), Dilma Rousseff (PT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) têm em comum entre si?

Em todos eles, as ações do índice Ibovespa dos setores de commodities, bancos e consumo estiveram entre as que mais se valorizaram na Bolsa brasileira, segundo levantamento da plataforma TradeMap. Os dados consideram as ações que faziam parte do Ibovespa, principal índice da Bolsa, na data final de cada governo.

Ciclos de alta nos preços das matérias-primas por motivos variados, como o crescimento da China e a retomada pós-Covid, contribuíram para o destaque dos papéis de commodities, enquanto os bancos se beneficiaram tanto dos momentos de alta quanto de baixa da taxa básica de juros.

"Entra governo, sai governo, os grandes vencedores da Bolsa nos últimos 20 anos foram, de um lado, as commodities, e de outro, o setor financeiro, o que faz todo sentido, considerando o ambiente macroeconômico no período", diz Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

Ainda segundo o economista, a perspectiva de um crescimento econômico baixo do **PIB** em 2023 e os níveis elevados nos quais os preços das commodities continuam sendo negociados devem fazer com que as exportadoras de matérias-primas voltem a se destacar no mercado acionário local nos próximos meses.

Já no caso do setor financeiro, o analista da Necton Rodrigo Barreto afirma que os bancos têm a habilidade de navegar bem tanto em ambientes mais positivos para a economia brasileira como em situações em que o ritmo de crescimento é mais modesto.

Isso porque, em cenários de pujança econômica, em que os juros costumam estar em patamares menores em relação à média histórica, os bancos conseguem ganhar dinheiro no aumento do volume transacionado. E, quando a **inflação** dispara e os juros sobem, cai o volume transacionado mas aumenta o spread, que é o quanto o banco cobra para emprestar dinheiro para os

clientes, diz o especialista.

"Os bancos são muito resilientes e representam uma opção segura aos investidores em qualquer momento", diz Barreto.

O setor de consumo, por sua vez, viveu seus melhores dias na Bolsa quando a economia brasileira se encontrava mais aquecida, com juros em patamares mais moderados, ou em momentos em que os governos adotaram medidas extraordinárias para estimular o consumo, como o Bolsa Família no governo Lula e a liberação do FGTS durante o governo **Temer**.

Além dos ciclos econômicos, a presença importante dos setores na economia brasileira, e dentro da própria Bolsa, é igualmente responsável pelo resultado apresentado ao longo dos últimos mandatos presidenciais.

Jair Bolsonaro

"No governo Bolsonaro, temos as commodities entre os principais destaques positivos, o que tem muita relação com a retomada da demanda global pós-Covid, bem como com os problemas de logística que dificultaram a oferta", afirma João Frota Salles, analista da Senso Investimentos.

A petroleira privada PetroRio liderou os ganhos das ações do Ibovespa entre 31 de dezembro de 2018 e 9 de setembro de 2022, com uma rentabilidade acumulada em torno de 1.300% no intervalo.

Eneva e Copei, de energia, o frigorífico Minerva e a SLC Agrícola também despontam entre as maiores altas do Ibovespa nos últimos quatro anos.

Sales acrescenta que o setor financeiro, por meio de nomes como BTG Pactual e Banco Pan, também foi outro destaque positivo sob o mandato de Bolsonaro, em meio à queda dos juros em razão da pandemia e à adoção pelo governo de pacotes de benefícios para incentivar a demanda, e, portanto, o crédito.

Ponto fora da curva, a fabricante de computadores Positivo, diz Vale, da MB, pode ter se destacado pela distribuição de dinheiro feita nos momentos mais agudos da pandemia, com a população trancada

dentro de casa se valendo da medida para adquirir bens de consumo.

Michel Temer

Sob o governo de Michel Temer, o principal destaque ficou com os papéis da varejista Magazine Luiza, com uma alta de cerca de 2.300% em pouco mais de dois anos, entre agosto de 2016 até o final de 2018.

No período, a taxa Selic encostou na então mínima histórica de 6,5% ao ano, o que serviu como incentivo para o aumento dos gastos da população com viagens, refletido também na presença das ações da Gol e da CVC entre as maiores altas do Ibovespa.

O economista da MB Associados afirma que os programas de distribuição de renda, com a liberação do saque do FGTS, também deram sua contribuição para os destaques do setor de consumo.

De toda forma, as grandes produtoras de commodities e o setor financeiro, via BB (Banco do Brasil), novamente se fazem presentes entre os principais destaques do período.

Dilma Rousseff 2

No segundo mandato de Dilma, o setor financeiro se beneficiou do pico da Selic, que chegou a alcançar os 14,25% ao ano, com a cobrança de juros maiores dos clientes, o que favoreceu papéis de empresas como B3 e Santander Brasil.

Além disso, a demanda crescente por bens essenciais de consumo, como os medicamentos, ajudou a sustentar ganhos destacados de ações como RaiaDrogasil e Hypera, bem como de empresas que atuam no setor de utilidades públicas, tais como Sabesp, Equatorial e Energias do Brasil.

Segundo Enrico Cozzolino, chefe de análise e sócio da Levante Investimentos, os governos Dilma podem ser sintetizados por políticas de fomento ao consumo e incentivo à indústria, junto ao investimento em setores de infraestrutura.

"Dessa forma, é possível ver um crescimento muito mais diversificado dos ativos da Bolsa. Entretanto, todos atrelados com alguma frente das políticas adotadas no período."

Dilma Rousseff 1

Já no primeiro mandato de Dilma Rousseff, a dobradinha setor financeiro -com Cielo e Bradesco- commodities, via BRF e JBS, voltou a se repetir.

Consumo, com Ambev e Lojas Americanas, e educação, via Yduqs (antiga Estácio), também se destacaram no período.

Barreto, da Necton, afirma ainda que o desempenho destacado da TIM, e também da Telefônica Brasil, que avançou quase 60% no primeiro mandato da petista, foi beneficiado pela implementação do PNBL (Programa Nacional de Banda Larga), que visava promover a inclusão digital e massificar o acesso à internet no país.

Luiz Inácio Lula da Silva 2

Já nos governos do ex-presidente e favorito nas eleições deste ano, segundo as pesquisas de intenção de voto, o superciclo das commodities deixou as exportadoras, mais uma vez, entre as maiores altas da Bolsa local.

CSN, MMX, e Vale, além da concessionária CCR, marcaram as principais valorizações no segundo mandato do governo Lula.

Souza Cruz, Ambev e Lojas Renner, do setor de consumo, por sua vez, foram nomes que também conseguiram se destacar entre 2006 e 2010.

"O crescimento econômico do período e os programas sociais, como o Bolsa Família, que fomentaram o consumo, começaram a favorecer empresas do setor de varejo", diz Cozzolino.

Ele acrescenta que, no segundo mandato de Lula, o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) contribuiu para a continuidade do momento positivo para as commodities e para os papéis de infraestrutura, como da CCR.

Barreto, da Necton, afirma ainda que nomes de energia elétrica, como Transmissão Paulista e Eletropaulo, despontaram em um cenário de ascensão da classe média, que trouxe uma demanda crescente por energia, e, conseqüentemente, a necessidade de investimentos na área para evitar a possibilidade de apagões.

Luiz Inácio Lula da Silva 1

Já Usiminas e Gerdau, além de novamente CSN e CCR, foram os destaques no primeiro mandato do petista.

"O movimento de boom de commodities no período está atrelado ao alto crescimento da China no período", diz Cozzolino, da Levante.

"A demanda por materiais básicos para sustentar a

construção civil chinesa fomentou a alta dos preços em toda a América Latina."

Na avaliação de especialistas do mercado, caso o ex-presidente confirme os prognósticos e volte para um terceiro mandato, papéis de construtoras voltadas à baixa renda e de educação, além das commodities, são apontadas como as prováveis vencedoras da Bolsa.

Já se o cenário a se confirmar à frente for de uma reeleição do atual mandatário, analistas apostam que as estatais Petrobras e Banco do Brasil devem ter um bom desempenho, com a continuidade da política econômica liberal e a possibilidade de novas privatizações.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

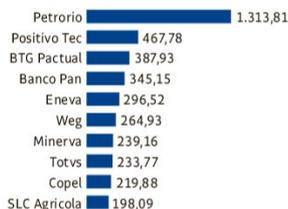
46

Ações do Ibovespa que mais subiram nos últimos mandatos presidenciais

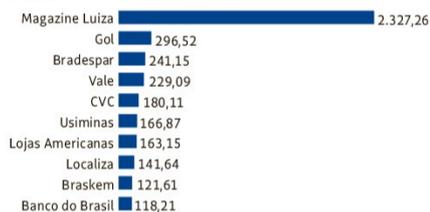
Retorno, em %



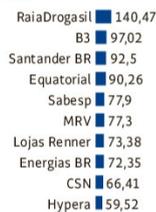
Jair Bolsonaro
(31.dez.2018 até 9.set.2022)



Michel Temer
(31.ago.2016 até 31.dez.2018)



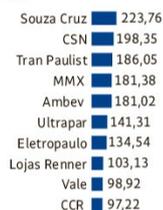
Dilma Rousseff
2º mandato (31.dez.2014 até 31.ago.2016)



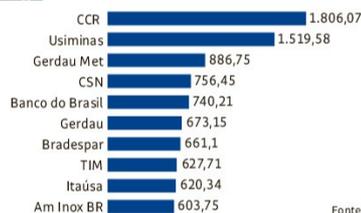
Dilma Rousseff
1º mandato (31.dez.2010 até 31.dez.2014)



Luiz Inácio Lula da Silva
2º mandato (31.dez.2006 até 31.dez.2010)



Luiz Inácio Lula da Silva
1º mandato (31.dez.2002 até 31.dez.2006)



Fonte: TradeMap

Poupança completa 2 anos abaixo da inflação

Lucas Bombana são paulo

Mesmo com a queda da **inflação** medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) nos últimos meses, o rendimento real acumulado pela aplicação na poupança segue no terreno negativo.

Levantamento da plataforma de dados financeiros TC/Economática indica que, na janela dos últimos 12 meses encerrada em agosto, a rentabilidade real da poupança, ou seja, descontada a **inflação**, ficou negativa em 1,85%.

Os dados do levantamento mostram que a última vez em que a caderneta de poupança apresentou uma rentabilidade positiva no acumulado de 12 meses foi em agosto de 2020, quando o rendimento real ficou em 0,45% no intervalo de um ano.

"A alocação em poupança não faz nenhum sentido neste momento. O rendimento real negativo, somado ao fato de que a rentabilidade depende do aniversário mensal para ser pago, torna essa aplicação muito arcaica, desatualizada e ultrapassada", diz Bruno Mori, economista e planejador financeiro com a certificação CFP.

Ele acrescenta que aqueles que deixam o dinheiro aplicado na poupança têm um viés comportamental de familiaridade muito enraizado.

A despeito da escalada da Selic, que saiu da mínima histórica de 2% em março de 2021 para os atuais 13,75% 30 ano. a aplicação da caderneta segue com o rendimento inalterado em 6,17% ao ano, mais a TR (Taxa Referencial).

A remuneração da poupança é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano. Já quando a taxa básica é de até 8,5%, o rendimento da poupança equivale a 70% da Selic.

A **inflação** em níveis ainda pressionados, somada às condições financeiras mais restritivas impostas pelo avanço da taxa básica de juros, tem contribuído para saques cada vez maiores da poupança.

Professora de economia da ESPM e planejadora financeira CFP, Paula Sauer diz ainda que, apesar da vasta gama de produtos de renda fixa ofertados

atualmente no Brasil, a caderneta de poupança continua sendo a "queridinha" da maior parte dos brasileiros que iniciam sua jornada em investimentos.

"O cliente que deixou de consumir para poupar viu o poder de compra de seu dinheiro diminuir. Isso é muito frustrante e desestimula muitos a guardar dinheiro", diz a especialista.

Ainda de acordo com os dados contabilizados pela TC/Economática, quem investiu R\$ 1.000 na poupança há 12 meses teria R\$ 1.067,24 no fim do mês passado. No entanto, descontado pela **inflação** de 8,73% no período, o retorno final correspondente seria de R\$ 949,83.

De toda forma, apesar dos resultados do passado recente, as estimativas de mercado indicam que a rentabilidade real da poupança pode voltar ao campo positivo ainda neste ano.

Confirmada a projeção no mais recente relatório Focus, de uma **inflação** de 6% em 2022, a aplicação voltará a entregar um retomo real positivo na janela de 12 meses.

Apesar da baixa rentabilidade, os dados mais recentes do BC (Banco Central) mostram que cerca de 164 milhões de pessoas mantinham algum valor depositado na poupança ao final de 2019.

Além disso, pesquisa do C6 Bank/Ipec mostra que a predileção pela poupança alcança também as pessoas de renda mais alta no país.

A pesquisa ouviu mil brasileiros das classes A e B com acesso à internet e mostrou que a poupança é a opção mais presente nas carteiras, com 28% indicando manter algum valor alocado na aplicação.

Em seguida, vêm os CDBs, com 22% tendo declarado ter o investimento, e fundos de investimento, com 16%.

Ações (14%), Tesouro Direto (13%), LCIs e LCAs (9%) vêm na sequência.

Investimentos em renda fixa permanecem entregando rendimentos elevados, mesmo com a manutenção dos juros básicos da economia na quarta (21) pelo BC. A

perspectiva de desaceleração da **inflação** do país é o que amplia a vantagem dessas aplicações, mostram estimativas do buscador financeiro Yubb.

Debêntures incentivadas e as LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) oferecem os melhores retornos, de acordo com o levantamento.

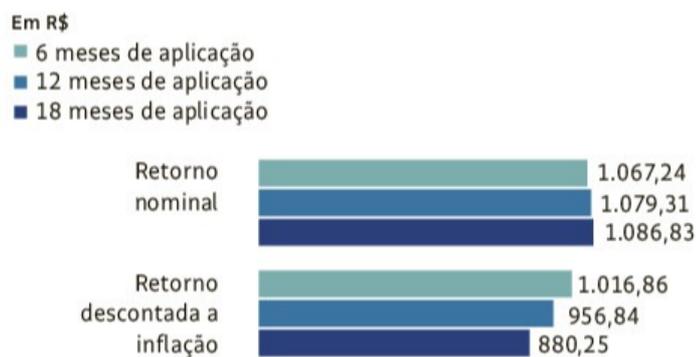
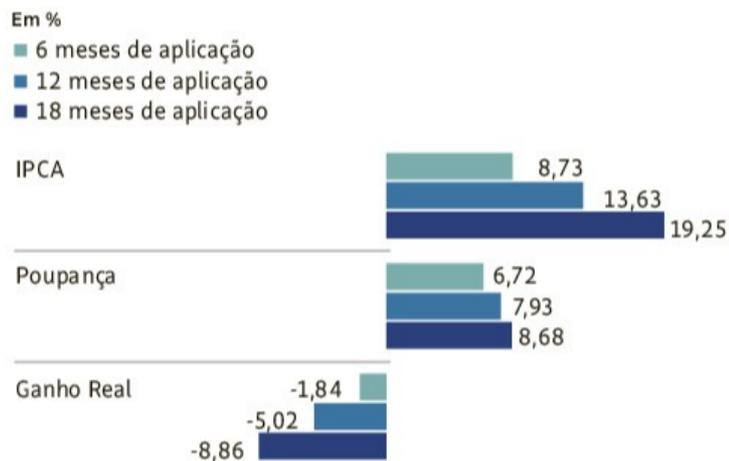
Além de favorecidos pelos juros elevados e perspectiva de queda da **inflação**, essas aplicações possuem isenção do IR (Imposto de Renda).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

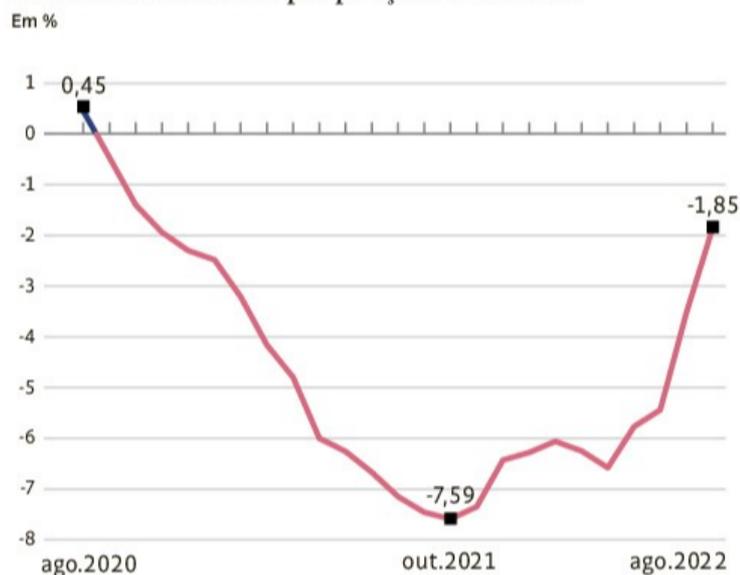
46

Quanto renderam R\$ 1.000 aplicados na poupança



Obs: até agosto de 2022
Fonte: TC/Economática

Rentabilidade real da poupança em 12 meses



Fonte: TC/Economática

Juros e desigualdade (Artigo)

Luís Eduardo Assis Economista, autor de 'O Poder das Ideias Erradas' (Ed. Almedina), foi diretor de Política Monetária do Banco Central e professor de Economia da PUC-SP e FGV-SP. E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

Não foi por convicção, nem sequer um ato de solidariedade. Foi apenas por conveniência, se não obra do acaso. Mas o fato é que teremos em 2023 um gigantesco programa de distribuição de recursos para as pessoas mais pobres.

O Bolsa Família, nos seus primórdios, representava um gasto de 0,35% do Produto Interno Bruto (**PIB**) entre 2008 e 2010. Passou para 0,39% em 2011 e girou em torno de 0,45% do produto entre 2012 e 2019.

Pois o Auxílio Brasil, ou qualquer nome que venha a ter, deverá alcançar 1,4% do **PIB**, assumindo que o próximo presidente manterá o pagamento em R\$ 600 mensais para 21 milhões de famílias.

Serão cerca de R\$ 150 bilhões, montante que poderá afetar o mercado de baixa renda e representar um poderoso lenitivo para parcela expressiva da população.

Claro que há aberrações. O Cadastro Único foi destruído, as condicionalidades deixaram de existir, perdeu-se o foco e a ideia de jerico de conceder o benefício por famílias, e não por pessoas, gerou enorme distorção.

Entre novembro de 2021 e junho de 2022, o número de famílias com apenas uma pessoa no cadastro passou de 2,2 milhões para 3,8 milhões. Será custoso reparar o que foi feito de errado. Mas tudo sugere que o dinheiro estará lá.

E veio para ficar. Isso é bom.

Alguém poderia pensar que essa generosidade de ocasião poderá reduzir a desigualdade social. Menos, menos. Na outra ponta, os benefícios serão ainda maiores. Somos hoje vítimas de uma política anti-inflacionária baseada exclusivamente nos juros altos.

Mesmo quando o aumento de preços é derivado de choques externos ou problemas climáticos, o único botão que se aperta quando a **inflação** acelera é o dos juros.

Os juros reais em 2022 ficarão acima de 6% e, no

próximo ano, poderão superar 7%.

As despesas do governo federal com juros devem subir de R\$ 587 bilhões neste ano para R\$ 651,5 bilhões em 2023, 338% acima da despesa do Auxílio Brasil.

Os ricos e bacanas serão os principais beneficiários da bolsa-juros. De acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), os clientes "private" dos bancos (com investimentos, em geral, acima de R\$ 2 milhões) detêm um patrimônio de R\$ 1,8 trilhão. Sem correr riscos, essas 144 mil contas poderão receber algo como R\$ 230 bilhões no ano que vem. Criamos um sistema perverso de combater a **inflação**. Mesmo com o aumento do Auxílio Brasil, o governo brasileiro continuará sendo uma máquina de produzir desigualdades.

Luís Eduardo Assis Economista, autor de 'O Poder das Ideias Erradas' (Ed. Almedina), foi diretor de Política Monetária do Banco Central e professor de Economia da PUC-SP e FGV-SP.

E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aumento generalizado de juros pode ampliar riscos

LUCIANA XAVIER

Os bancos centrais ao redor do mundo estão aumentando os juros no aperto mais generalizado da política monetária já registrado. Alguns economistas temem que possam ir longe demais se não levar em conta o impacto coletivo na demanda global.

De acordo com o Banco Mundial, o número de aumentos de taxas anunciados pelos bancos centrais em todo o mundo foi o mais alto em julho desde que os registros começaram no início da década de 1970. Na quarta-feira, o Federal Reserve apresentou seu terceiro aumento de 0,75 ponto percentual em tantas reuniões. Na semana passada, seus pares de Indonésia, Noruega, Filipinas, África do Sul, Suécia, Suíça, Taiwan e Reino Unido também subiram juros.

Além disso, o tamanho desses aumentos de taxa é maior do que o normal.

Em 20 de setembro, o Riksbank da Suécia aumentou sua taxa de referência em 1 ponto percentual. Até então, nunca havia aumentado ou reduzido as taxas em mais de meio ponto, desde que adotou sua estrutura atual em julho de 2002. Esses bancos centrais estão respondendo quase universalmente à alta **inflação**. A **inflação** no G-20, grupo das 20 principais economias do mundo, foi de 9,2% em julho, o dobro da taxa do ano anterior.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os salários ainda perdem da inflação (Editorial)



Os reajustes salariais médios não ganham da **inflação** desde setembro de 2020. Mesmo renunciando a benefícios adicionais nas negociações com os empregadores, boa parte dos trabalhadores com emprego formal tem perda de renda real. Por causa do baixo desempenho da economia e da deterioração do mercado de trabalho até há pouco, diferentes categorias profissionais enfrentaram e ainda enfrentam dificuldades para fechar acordos e convenções coletivas que assegurem reajustes salariais maiores do que a **inflação**.

Em agosto, por exemplo, 43,4% dos reajustes ficaram abaixo da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses, de acordo com o boletim Salariômetro.

O estudo é elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nas negociações coletivas por meio de acordos (entre empresas e seus empregados) e convenções (entre categorias econômicas e profissionais) registrados no Ministério da Economia. O reajuste superou a **inflação** em 30,2% das negociações, mas o reajuste mediano, de 10,1%, empatou com a **inflação**.

Tem sido assim ao longo de 2022. De 12.621 negociações coletivas examinadas pela Fipe nos oito primeiros meses de 2022, em apenas 634 (5% do total) o reajuste superou a **inflação**. Ainda assim, os ganhos reais foram modestos, abaixo de 1%. A correção mediana dos salários para todo o ano é igual à **inflação**.

No primeiro semestre, houve mês em que o Salariômetro se referiu a um "quadro sombrio da mesa de negociação". Isso ocorreu no relatório referente ao mês de abril, quando apenas 7,6% das negociações produziram aumento mediano acima da **inflação** e 47,0% resultaram em reajuste menor do que a **inflação**.

Tem havido alguma melhora, por causa das transformações por que passa o mercado de trabalho. A taxa de desocupação aferida pela Pnad Contínua do IBGE vem caindo há vários trimestres e, depois de ter superado 14% no auge da pandemia, baixou para 9,1% no trimestre encerrado em julho. A renda real média do trabalho voltou a crescer ao longo deste ano, mas, na última pesquisa, ainda era inferior à de um ano antes.

Ainda levará tempo para que o quadro das negociações coletivas de salários, benefícios e condições de trabalho retorne ao observado até antes do início do atual governo federal. De 2007 a 2018, com exceção dos anos da crise do governo Dilma (2015 e 2016), a grande maioria das negociações assegurou reajustes salariais superiores à **inflação**. Em 2012, o melhor ano do período para os salários, nada menos do que 94,2% das negociações asseguraram ganhos reais. O quadro mudou em 2019 e foi agravado pela pandemia em 2020. O resultado de agosto ainda mostra dificuldades para os trabalhadores, mas já há sinais de mudanças.

É possível que, com a gradual redução da **inflação** e a recuperação do mercado de trabalho, propiciada pela retomada das atividades presenciais e por estímulos ao consumo oferecidos pelo governo, mais e mais categorias profissionais venham a obter ganhos reais nas próximas negociações coletivas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vitória na Itália é sinal do avanço preocupante da ultradireita europeia (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Proposta prevê aumento real do teto de gastos

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187339?page=1§ion=1